

As migrações e a urbanização no Brasil a partir da década de 1950: um breve histórico e uma reflexão à luz das teorias de migração

Rodrigo Coelho de Carvalho*

* Geógrafo (UFMG). Mestre em Demografia (UFMG). Doutor em Demografia (UFMG). Consultor.

Resumo: A compreensão dos mecanismos de (re)distribuição espacial da população brasileira atualmente, devido à sua magnitude e complexidade, consiste em um grande desafio para geógrafos, economistas, demógrafos e estudiosos de diversas outras áreas do conhecimento. O objetivo do presente artigo é fazer um breve histórico das migrações e da urbanização no Brasil a partir da década de 1950, com base em uma revisão da bibliografia. Os processos de redistribuição da população no território e a reconfiguração do sistema urbano nacional foram avaliados à luz das principais teorias migratórias, utilizadas como ferramentas de interpretação e análise. Os fundamentos básicos dessas teorias, suas convergências, divergências e a aplicabilidade ao caso brasileiro são apresentadas ao longo do texto. Foram abordadas, entre outras questões, a discussão sobre a relação entre migrações e desenvolvimento e os efeitos da transição demográfica nas migrações internas do país.

Palavras-chave: migrações internas, urbanização, teorias migratórias.

1. Introdução

Da década de 1950 aos dias de hoje, o Brasil deixou de ser um país rural para se tornar um país industrializado e urbano, exibindo profundas modificações nos volumes, direções e composição dos seus fluxos migratórios (IPEA-IBGE-UNICAMP 2002; Matos e Baeninger 2004; Brito 2006; Braga, 2011; Rigotti e Cunha 2012). A partir desse período, as migrações internas no país foram determinadas principalmente pela industrialização e, em menor medida, pela expansão das fronteiras agrícolas e minerais (Baeninger 2011). Esses processos estão altamente relacionados à urbanização e à redistribuição da população no território brasileiro, causas e consequências de profundas mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas no país.

A partir de meados do século passado, a industrialização e um intenso êxodo rural resultaram em acelerado crescimento das metrópoles brasileiras, gerando uma forte concentração econômica e populacional no país. Essas tendências começaram a ser revertidas a partir da década de 1970, quando uma reestruturação produtiva deu início a um processo de relativa desconcentração econômica, particularmente das atividades industriais. Essas mudanças tiveram impactos na redistribuição espacial da população e, na década de 1980, houve uma reversão das tendências de concentração demográfica. A crise econômica desse período refletiu-se nas tendências de redistribuição populacional, que foram determinantes para delinear a configuração atual das migrações no país. A partir dos anos 1990, os padrões migratórios brasileiros tornam-se cada vez mais complexos e multifacetados, com o aumento dos fluxos intrarregionais e de curta distância, aumento da seletividade migratória (em

relação à educação, renda e idade), migração por etapas e migrações de retorno (IPEA-IBGE-UNICAMP, 2001; Matos e Baeninger 2004; Brito 2006; Baeninger 2011; Rigotti e Cunha 2012).

A compreensão dos processos históricos que culminaram nessas mudanças é fundamental para a compreensão dos mecanismos de (re)distribuição espacial da população brasileira atualmente, o que, devido à sua magnitude e complexidade, consiste em um grande desafio para geógrafos, economistas, demógrafos e estudiosos de diversas outras áreas do conhecimento. Para tanto, pesquisadores recorrem a diferentes arcabouços teóricos que, frequentemente, consistem em quadros analíticos competitivos dado o grau de divergência em relação a metodologias, conceitos, unidades de análise mais apropriadas e concepções de desenvolvimento econômico (Wood 1982). Esse artigo apresenta um breve histórico das migrações e da urbanização no Brasil a partir da década de 1950, além de uma reflexão sobre a relação desses processos com a transição demográfica e o desenvolvimento econômico nacional. Procurou-se abordar de forma reflexiva os principais embates teóricos no campo das migrações, mostrando as virtudes e as limitações das correntes de pensamento mais difundidas na literatura e como elas podem contribuir para a compreensão do caso brasileiro.

2. A concentração econômica e populacional das décadas de 1950 e 1960: êxodo rural e metropolização

Os anos 1950 iniciaram um período marcado por uma profunda concentração econômica e populacional no Brasil, manifestada no processo da metropolização. Esta década foi marcada por um intenso êxodo rural e por fluxos migratórios de longas distâncias e de grande volume, sobretudo do Nordeste para os grandes centros de desenvolvimento econômico do país, na região Sudeste - destacadamente as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Embora os estados de Minas Gerais e o Espírito Santo também tenham recebido um grande número de nordestinos na década de 1950, isso não afetou a condição básica desses dois estados como expulsores de população nas décadas que se seguiram (Martine e Camargo 1984). De forma geral, os emigrantes partiam de áreas rurais estagnadas ou de alta concentração fundiária em processo de modernização para os grandes centros urbanos, tornando a década de 1950 a de maior ritmo de crescimento urbano no Brasil (Rigotti 2011). Esses fluxos eram alimentados pelo grande crescimento natural da população, principalmente no meio rural, onde as taxas de fecundidade eram mais elevadas que nas áreas urbanas. Este foi o período de maior migração inter-regional, fenômeno explicado pela construção da estrada Belém-Brasília, da nova capital federal, pelo crescimento populacional e industrial que resultaram na conformação das grandes regiões metropolitanas, pela oferta de trabalho na colheita de café em São Paulo e no norte do Paraná, além das grandes secas no Nordeste (Martine e Camargo, 1984; Camarano e Abramovay 1998).

A década de 1960 também foi marcada por um intenso êxodo rural, além da ocupação de extensas áreas do Centro-Oeste e da Amazônia em função da criação da Zona Franca de Manaus e da expansão de fronteiras agrícolas e minerais incentivada pelo regime militar (Martine e Diniz 1998; Rigotti 2011). Nesta década aconteceu a “grande desruralização” da Região Sudeste, com a migração de quase metade de sua população rural em função da erradicação de cafezais, de sua substituição por pastagens e da dissolução das “colônias” de fazendas em função da maneira como a legislação trabalhista foi usada durante o regime militar. Nenhuma outra região brasileira sofreu uma emigração tão importante quanto o Sudeste rural nesta década, quando, apesar das altas taxas de fecundidade, observou-se uma redução absoluta em sua população rural (Camarano e Abramovay, 1998).

Um ciclo de “êxodo rural” combinado com um processo de industrialização é uma das etapas da “transição da mobilidade” proposta por Wilber Zelinsky (1971) e foi abordada pelos estudiosos das migrações desde seus primórdios, como no trabalho pioneiro de Ravenstein (1885). Este autor argumentava que as grandes cidades facilitarão a divisão e a combinação do trabalho e o exercício das mais diversas artes e profissões, o que induziria migrações. Embora as chamadas “Leis da Migração” postuladas por Ravenstein sejam baseadas em regularidades empíricas observadas no Reino Unido do século XVIII, alguns pressupostos se aplicam perfeitamente ao caso brasileiro. Ravenstein constatou que “as pessoas que migram longas distâncias se dirigem, preferencialmente, para grandes centros comerciais ou industriais” (3ª lei, p.65, 1885) que, no Brasil, corresponderiam às regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Zelinsky, por sua vez, também

assumiu a presença de regularidades padronizadas ao longo do tempo em diferentes países e regiões. Criou um modelo teórico representando mudanças ordenadas na forma e intensidade da mobilidade espacial das populações, tentando relacionar modificações nos padrões migratórios com estágios da transição demográfica e estágios de desenvolvimento socioeconômico.

Lee (1966), outro importante teórico das migrações, propôs uma revisão do trabalho de Ravenstein e reelaborou suas “leis da migração”, mas sem deixar de seguir a mesma linha de pensamento do seu predecessor. Além do êxodo rural, esses autores abordaram vários outros aspectos que se aplicam ao estudo das migrações no Brasil: a migração por etapas, a migração temporária, a correlação negativa entre migração e distância (o efeito de decaimento da distância), a relação entre desenvolvimento tecnológico e migração, o estabelecimento de contracorrentes migratórias, a classificação das áreas estudadas em áreas de absorção e dispersão, as diferenças urbano-rurais e de gênero na propensão a migrar e o predomínio do motivo econômico nas migrações. Embora todos esses temas tenham sido resgatados por outros estudiosos, Ravenstein e Lee foram muito criticados. Para Davis (1989), por exemplo, o mais importante não seria simplesmente identificar regularidades empíricas, mas *explicar suas causas*. Apesar das controvérsias, esses trabalhos tiveram o mérito do pioneirismo e de transcender meros resultados empíricos para tentar formular generalizações sobre o fenômeno migratório, algo essencial para a construção de uma teoria científica.

3. Década de 1970: migração e desenvolvimento frente à reestruturação produtiva e ao início da desconcentração econômica e populacional no Brasil

Com a relativa estabilização dos níveis de mortalidade e o início de um declínio mais generalizado da fecundidade na década de 1970, as migrações internas tornaram-se o principal mecanismo de redistribuição populacional no Brasil. Nesse período, a população brasileira tornou-se majoritariamente urbana e as migrações internas passaram a ser predominantemente do tipo urbano-urbano (Matos e Baeninger 2004; Braga e Fazito 2010), coerentemente com o modelo de “transição da mobilidade” de Zelinsky (1971). Todavia, significativos fluxos provenientes de áreas rurais e dirigidos às cidades continuaram a existir nesse período, seguindo uma tendência bem conhecida de inércia nos movimentos migratórios – um postulado das teorias das redes migratórias (Taylor 1986; Guilhoto e Sandron 2001), segundo as quais a formação de redes condiciona estruturalmente a direção dos fluxos e aumenta as probabilidades de migração nas áreas de origem, através do processo difusor, autossustentável e retroalimentador da “causação cumulativa” (Massey *et al.* 1993). Nesse sentido, destacam-se nesse período os fluxos provenientes de áreas rurais para as cidades das regiões Sudeste e Sul e os já citados fluxos do Nordeste para as áreas urbanas do Sudeste, ainda que em menor volume (Martine e Camargo, 1984; Martine e Diniz 1998; Camarano e Abramovay 1998).

As teorias das redes de migração afirmam que a constituição de redes que conectam migrantes com as pessoas das áreas de origem aumenta as possibilidades de sucesso e diminuem os riscos e custos dos movimentos migratórios, constituindo-se em uma forma de capital social (Taylor, 1986; Guilhoto e Sandron 2001). A interação e interdependência de diferentes fatores que se reforçam mutuamente tendem a consolidar as redes de migração e as instituições ligadas a elas, e a fortalecer os fluxos ao longo do tempo e do espaço. Cada ato de migração alteraria o contexto social no qual as decisões subsequentes seriam feitas, de forma a tornar mais provável o movimento para os que ficam (Massey *et al.* 1993). A partir de meados do século passado, os grandes fluxos populacionais gerados por uma demanda por trabalho que não exigia altos níveis de escolaridade nas grandes metrópoles (especialmente Rio de Janeiro e São Paulo) e a oferta de terras nas áreas de fronteira agrícola e mineral apontam para essa tendência de inércia em relação à percepção e tomada de decisões por parte dos migrantes (Rigotti 2006). Em suma, os fluxos migratórios não se dirigem necessariamente às áreas de atração mais próximas, mas tendem a se dirigir às áreas que tradicionalmente serviram como destino no passado.

A redução do volume dos fluxos para as grandes metrópoles do Sudeste se deu em parte pela diminuição da importância demográfica relativa de áreas historicamente caracterizadas por perdas migratórias, não só no Nordeste (com exceção do Maranhão), mas também nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - que cresceram a taxas sistematicamente inferiores à do país entre as décadas de 1940 e 1970 (Martine e Camargo 1984). Durante esse período, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro tiveram expressivos ganhos populacionais, apresentando taxas de crescimento acima da média nacional devido à imigração líquida, estimulada principalmente pelo desenvolvimento urbano-industrial de suas regiões metropolitanas. Na década de 1970, São Paulo teve uma participação ainda maior no crescimento total do país devido ao seu poder de absorção populacional e pelo declínio da participação relativa do Rio de Janeiro (Martine e Camargo 1984).

A queda na taxa de crescimento populacional representou uma ruptura em relação ao padrão que havia prevalecido no Brasil nas décadas anteriores, marcando o fim da tendência à aceleração do crescimento demográfico iniciada a partir da década de 1940. Isso aconteceu em função da difusão do processo de diminuição da fecundidade no Brasil na década de 1970 (Rigotti e Cunha 2012). Essas mudanças são compatíveis com o modelo da transição demográfica, que postula que à queda dos níveis da mortalidade - iniciada no país na década de 1940 - segue-se um processo de declínio da fecundidade (Notestein 1945; Caldwell 1976). Cabe destacar que, no Brasil, esses processos ocorreram de forma muito mais acelerada que nos países desenvolvidos (Simões 2016). Naturalmente, a diminuição da pressão demográfica nas tradicionais áreas de emigração e o envelhecimento da população tiveram impactos na dinâmica migratória brasileira nas décadas seguintes. Como a diminuição da pressão demográfica nas áreas de perdas migratórias acarreta uma diminuição dos excedentes de mão de obra, essas áreas passaram a reter mais a população. Além disso, com a maior

parte da população concentrada nas cidades, o excedente populacional rural já havia sido drasticamente reduzido pelos grandes volumes de movimentos migratórios nas décadas anteriores. Em relação ao envelhecimento populacional, há uma conhecida seletividade etária nas migrações (Bernard *et al.* 2014) e, como os migrantes tendem a ser jovens adultos, a diminuição do número de pessoas nessas faixas etárias também tende a reduzir a proporção de migrantes na população total.

A mobilização do aparato institucional e incentivos econômicos por parte do Estado para a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão de obra tiveram fortes consequências nos processos de redistribuição populacional no país durante a década de 1970. Neste período, quase metade da população rural (45,5%) que residia no Sul do país saiu do campo (Camarano e Abramovay 1998) e o número e volume de favelas nas metrópoles brasileiras cresceu. Nas áreas de fronteiras (frentes pioneiras e de expansão de ocupação do interior do país), uma nova dinâmica de ocupação se delineava. Devido à modernização da agricultura - consequência da extensão da lógica de produção urbana e industrial ao campo - as áreas de "fronteiras consolidadas" (no Paraná, Maranhão, Goiás e Mato Grosso do Sul) apresentaram um declínio abrupto em seu crescimento demográfico, com a reversão das tendências migratórias em alguns estados. Por outro lado, as "fronteiras em expansão" na região Norte e no estado do Mato Grosso passaram a receber fluxos migratórios crescentes, tornando positivo o saldo migratório líquido dessa região, o que foi fundamental para a ocupação da Transamazônica (Martine e Camargo 1984; Camarano e Abramovay 1998).

O chamado "milagre econômico" e os grandes fluxos migratórios inter-regionais agravaram os problemas gerados pela excessiva concentração econômica e populacional, as chamadas "deseconomias de aglomeração" (Sposito 2007). Nessas circunstâncias, elevam-se os preços de todos os insumos (particularmente do espaço) e aumentam os custos de transporte (tanto no que diz respeito a tarifas quanto ao tempo de deslocamento), o que pode inviabilizar o desenvolvimento de certas atividades econômicas. A conformação desses espaços altamente saturados, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo, levou à criação de novas economias de aglomeração em outros centros urbanos e regiões do país. A partir desse período, as cidades médias apresentaram o mais expressivo ritmo de crescimento populacional e passaram a assumir uma crescente importância na redistribuição da população brasileira, condicionando e impondo limites ao espraiamento territorial das atividades industriais (Martine, 1994; Andrade e Serra 1998). Os novos requisitos locais tiveram como consequência um redirecionamento de parte dos fluxos migratórios para as regiões que se tornaram mais dinâmicas economicamente, incentivando a retenção de uma população potencialmente migrante nesses locais (Rigotti 2006).

Vários autores apontam o processo de reestruturação produtiva ocorrido nos anos 1970 no Brasil, quando se iniciou uma relativa desconcentração das atividades econômicas, particularmente as industriais (Azzoni 1986; Diniz 1993; Pacheco 1996; Negri 1996; Martine e Diniz 1998; Cano 2011). Como a distribuição espacial da população e a alocação das atividades econômicas estão

altamente correlacionadas, não surpreende o fato de que a desconcentração das atividades econômicas tenha ocasionado uma desconcentração populacional. Entretanto, observou-se uma defasagem temporal entre as dinâmicas econômicas e migratórias, já que esse processo não teve reflexos imediatos nos deslocamentos populacionais, que ficaram evidentes apenas na década seguinte (Martine 1994; Baeninger 2011).

A relação entre migração e desenvolvimento econômico vem sendo amplamente debatida por pesquisadores de diversas áreas há décadas, com fortes divergências, sobretudo no que diz respeito ao papel dos agentes e das estruturas que condicionam os movimentos populacionais. O antagonismo entre abordagens economicistas neoclássicas (Lewis 1954; Ranis e Fei 1961; Sjaastad 1962; Todaro 1969; Stark e Bloom 1985; Stark e Taylor 1989) e as abordagens histórico-estruturalistas (Piore 1979; Wood 1981; Singer 1973) reflete profundas divergências paradigmáticas nas teorias sociais (funcionalismo vs. estruturalismo), nas teorias de desenvolvimento (crescimento equilibrado vs. desenvolvimento assimétrico) e até mesmo em posições ideológicas (neoliberalismo vs. a defesa de um estado mais centralizador). Desde a década de 1970, existe uma alternância no predomínio desses posicionamentos, alguns mais otimistas e outros mais pessimistas, refletindo mudanças generalizadas de paradigma nas ciências socioeconômicas ao longo das últimas décadas (De Haas 2010).

As abordagens economicistas neoclássicas tendem a ser mais otimistas em relação às interações entre migração e desenvolvimento, já que pressupõem que os movimentos migratórios (internos ou internacionais) são uma forma de alocação dos fatores de produção que conduziriam ao equilíbrio econômico (De Haas 2010). As abordagens economicistas neoclássicas focam nos diferenciais de salários, nas condições de emprego entre países ou regiões e nos custos de migração (Massey *et al.* 1993). Compreendem os indivíduos como seres racionais, que decidem migrar visando à “maximização da utilidade”. Apesar de possuírem várias diferenças internas, esses modelos funcionalistas e economicistas apresentam um contraste ainda mais profundo em relação aos modelos estruturalistas ou histórico-estruturais (Piore 1979; Wood 1981; Singer 1973). Pode-se dizer que são quadros analíticos competitivos, dado o grau de divergência em relação a metodologias, conceitos, unidades de análise mais apropriadas e às concepções de desenvolvimento econômico (Wood 1982).

O otimismo das abordagens neoclássicas foi fortemente atacado pelos estudiosos adeptos de visões estruturalistas. Desde o fim da década de 1960, estudos empíricos e a experiência de vários países diminuíram o otimismo e contrariaram muitas das afirmações dos teóricos funcionalistas (De Haas 2010). Os estruturalistas ressaltaram o impacto negativo das migrações nos países menos desenvolvidos que, segundo eles, provocariam um aumento das disparidades espaciais. Certamente, as implicações políticas da visão da migração como “equilibrante” são graves, já que podem induzir à não interferência do Estado e à manutenção do *status quo*, já que assumem a sociedade como “fundamentalmente estável, que os problemas sociais

são autocorretivos e que o caráter dos sistemas sociais pode ser analisado através dos atores individuais” (Wood 1982).

O abalo no otimismo das visões economicistas neoclássicas por estudos empíricos não significa que os estruturalistas estavam corretos. Na verdade, evidências empíricas apontam para uma interação entre desenvolvimento e migração extremamente heterogênea no tempo e no espaço. Dependendo da duração, da composição do capital humano dos fluxos e da importância estrutural e potencial de mudança dos movimentos migratórios, os resultados podem ser antagônicos (Portes 2009). De Haas (2010) defende que a migração não é uma variável independente capaz de “gerar” desenvolvimento (ou o contrário), mas uma variável endógena, parte integral de um processo mais amplo de mudança. Portanto, há uma relação funcional e recíproca entre a migração e o desenvolvimento. Esta vinculação ocorre em múltiplos níveis, desde o mais macro até o mais local, e o que ocorre em um nível não necessariamente ocorre em outro.

O caso brasileiro ilustra a ambiguidade da relação entre migração e desenvolvimento. Se por um lado o deslocamento massivo de nordestinos para o Sudeste supriu a demanda por mão de obra e viabilizou o crescimento econômico diferencial desta região, também contribuiu para o processo de favelização de suas metrópoles, para o aumento da criminalidade, para a degradação da paisagem urbana e para a conformação de sistemas de transportes, saúde e educação deficitários. Já na ocupação da maior parte das fronteiras agrícolas brasileiras, apesar dos estímulos econômicos gerados pela ocupação pioneira, havia uma tendência inerente à progressiva estagnação, tendo em vista a apropriação da terra por pequenos agricultores (muitas vezes posseiros) para garantir a própria sobrevivência e produzir um pequeno excedente ou simplesmente uma agricultura itinerante de subsistência (Martine e Camargo 1984). As terras desbravadas, quando se esgotavam ou adquiriam valor de troca, eram deixadas pelos imigrantes pioneiros gerando uma série de problemas sociais e econômicos nessas regiões.

4. Os fluxos migratórios e a urbanização na “década perdida”: reflexos da crise dos anos 1980

A década de 1980, a de pior desempenho econômico da história moderna brasileira, foi um período de inflexão nas tendências de redistribuição da população. Neste período, ocorreu uma nítida redução da migração rural-urbana e inter-regional e do ímpeto de concentração em grandes cidades ou cidades cada vez maiores, especialmente na região Sudeste, indicando uma mudança significativa no padrão de urbanização. A crescente importância das cidades médias ou de porte médio na rede urbana nacional foi confirmada pelos dados do Censo Demográfico de 1991, que indicaram uma moderação dos processos de metropolização em benefício dessa categoria de cidades. A difusão do processo de urbanização para o resto do país, pela conformação de uma rede urbana mais difusa, deu maior nitidez à tendência de desconcentração populacional.

No Nordeste, houve um aumento significativo do ritmo de crescimento urbano e do número de localidades urbanas, particularmente das cidades médias. O Norte e Centro Oeste,

apresentaram um rápido crescimento urbano e o Sudeste apresentou taxas de crescimento urbano muito menores que as outras regiões, diferencial este que não pode ser explicado apenas por variações inter-regionais de crescimento vegetativo - reflete também importantes mudanças nos padrões migratórios (Martine 1994; Matos e Baeninger 2004). Neste período, algumas regiões metropolitanas consolidadas como polos de atração de migrantes já ofereciam sinais de arrefecimento, e municípios-sede de regiões metropolitanas continuaram a perder população para o seu entorno (Rigotti 2011). Por causa da queda da fecundidade no país, uma redução no crescimento de todas as unidades espaciais era previsível, mas a redução do ritmo de crescimento das Regiões Metropolitanas foi muito superior a essa queda (ou seja, foi abaixo do seu provável crescimento vegetativo), marcando uma reversão expressiva da tendência anteriormente predominante de concentração em algumas poucas localidades, particularmente no Sudeste (Martine, 1994).

Martine (1994) levanta a hipótese de que a crise foi a principal responsável pela maior restrição dos movimentos populacionais na década de 1980 pois, como o emprego estava estagnado ou em declínio em todo território nacional, não haveria razão para migrar. Segundo o autor, em uma conjuntura de crise, há uma tendência de redução nos trajetos migratórios pela predileção por localidades mais próximas e conhecidas. De fato, nos anos 80 as migrações no Nordeste adquiriram um caráter mais intrarregional que, associadas às migrações de retorno, teriam ocasionado as taxas de crescimento relativamente elevadas das capitais nordestinas nesta década (Martine 1994; Camarano e Abramovay 1998; Rigotti 2006). Em relação aos fluxos de retorno, vale ressaltar que suas causas podem ser as mais variadas. Apesar da crise econômica dos anos 1980, seria demasiado simplista deduzir que esses fluxos seriam compostos apenas por migrantes “fracassados” ou que não conseguiram emprego, como sugerem os modelos funcionalistas. Os dados censitários indicam, na melhor das hipóteses, apenas a integração ou não integração econômica dos migrantes, mas não sua assimilação cultural, que pode influenciar fortemente a decisão de permanecer ou não no local de destino.

Os saldos migratórios da região Sudeste também apresentaram uma diminuição significativa. São Paulo apresentou uma forte redução do volume de imigrantes, o Rio de Janeiro apresentou saldos negativos e Minas Gerais reteve mais sua população que nas décadas anteriores (Rigotti e Cunha 2012). No Centro-Oeste, Mato Grosso e Goiás, os dois estados de ocupação mais antiga, tiveram níveis de crescimento mais baixos e a migração para Brasília também teve um arrefecimento. Apesar do dinamismo econômico e demográfico apresentado pelo Mato Grosso nessa década, a soja no cerrado, aliada à tradição pecuarista dessa região, construiu um meio rural com uma necessidade mínima de mão de obra no Centro-Oeste. Isso provocou um êxodo rural massivo na região, semelhante ao que ocorreu na região Sul na década anterior, mas menos expressivo em âmbito nacional (Camarano e Abramovay 1998; Camarano e Beltrão 2000). Considerando a ocupação de novas áreas nas décadas anteriores, a menor disponibilidade de terras, a menor capacidade de apoio tecnológico e investimentos em infraestrutura por parte do estado (agravada pela crise

econômica), o enfraquecimento dos processos de expansão das fronteiras era esperado (Martine e Diniz 1998). Na região Norte, apesar das taxas aceleradíssimas de crescimento populacional em função da expansão da fronteira amazônica, a migração acelerada em direção às fronteiras agrícolas de Rondônia e Pará foi um ciclo consumado já na década de 1990. A região Sul praticamente manteve-se em seus baixos patamares de crescimento na década de 1980 e continuou a expulsar significativos contingentes de migrantes, sobretudo do Estado do Paraná para a região Norte (Martine 1994).

Durante o período intercensitário de 1980-1991, todas as regiões apresentaram uma redução no seu ritmo de crescimento populacional em relação às décadas anteriores, refletindo o forte declínio da fecundidade iniciado na década de 1960, generalizado para todas as regiões e classes sociais na década de 1970 e acentuado no seu ritmo na década de 1980. Essas mudanças demográficas tornaram as migrações o principal determinante da redistribuição relativa da população brasileira nas décadas seguintes (Rigotti 2008). Além da diminuição do ritmo de crescimento da população, também deve ser levado em consideração as alterações na estrutura etária, consequência do processo de transição demográfica, já que as migrações são fortemente vinculadas ao mercado de trabalho. A respeito dessa relação entre a transição demográfica e as mudanças nos padrões migratórios brasileiros, Brito (2009) chama a atenção para o fato de que as maciças transferências inter-regionais da população deixaram de ser viáveis não só do ponto de vista econômico e social, mas também do ponto de vista demográfico. A formação de grandes excedentes populacionais e de mão de obra em áreas tradicionalmente caracterizadas como de origem migratória, como o Nordeste e Minas Gerais, tornaram-se inviáveis com a queda continuada da fecundidade. Em outras palavras, a transição demográfica tornou as migrações menos prováveis e necessárias.

Entre 1980 e 1991, a taxa de crescimento populacional no Sudeste foi, pela primeira vez, desde a década de 1940, inferior à do Nordeste, provavelmente pela redução expressiva dos fluxos desta região para o Sudeste. Apesar de terem apresentado a redução mais abrupta no ritmo de crescimento entre todas as grandes regiões, o Norte e Centro-Oeste tiveram um crescimento superior ao da média nacional (com uma significativa expansão da rede urbana) e tiveram suas populações praticamente equiparadas pelo grande incremento populacional relativo da região Norte. Segundo Martine (1994), a principal causa do crescimento diferencial dessas regiões, mais que as taxas de fecundidade relativamente mais elevadas, é o volume significativo de migrantes que receberam na década de 1980 (o que é compreensível, pela menor base demográfica que possuem). As mudanças nos padrões migratórios ocorridas na década de 1980 foram determinantes para delinear a dinâmica das migrações brasileiras em sua configuração atual. Segundo Baeninger (2011), foi nessa década que “as clássicas interpretações da migração, ancorada somente no desempenho econômico das áreas alcançaram seus limites” (p.71-72, 2011). A partir dos anos 80, verificou-se uma tendência cada vez maior de regionalização e fragmentação dos fluxos, com a expansão dos “espaços da migração”, ou seja, a configuração de novos espaços geradores e receptores

de migrantes. Apesar dessas mudanças, o estado de São Paulo continuou a ser o maior responsável pela redistribuição da população brasileira, que ainda passa necessariamente pelas grandes áreas metropolitanas e aglomerações urbanas, em geral as capitais dos estados, pois elas são as principais origens e os principais destinos dos migrantes (Rigotti 2008).

5. Os anos 1990 e a virada do milênio: a consolidação de um novo padrão migratório brasileiro? Incertezas e desafios teóricos

Na década de 1990, as migrações brasileiras foram marcadas pela redução dos fluxos de longa distância, particularmente aqueles dirigidos às fronteiras agrícolas. Até mesmo a região Norte mostrou uma perda de população rural nesta década, após um período de vinte anos de atração migratória para suas cidades e áreas rurais (Camarano e Beltrão 2000). Contudo, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e o Distrito Federal mantiveram-se como áreas de absorção de migrantes do Nordeste durante esse período (Brito 2009). A década de 1990 também foi marcada pela recuperação migratória no âmbito intrarregional de espaços com saldos migratórios negativos no âmbito nacional (especialmente os estados nordestinos) e pelo surgimento e consolidação de polos de absorção de migrantes, com a maior parte dos estados apresentando saldos migratórios positivos (Baeninger 2011).

Ao contrário das duas décadas anteriores, que apresentaram uma série de rupturas nos padrões migratórios e de crescimento urbano delineados desde meados do século passado, a década de 1990 foi marcada pela consolidação de importantes transformações, como a desconcentração espacial da indústria e o crescimento e expansão territorial do agronegócio e da agricultura irrigada (Rigotti 2006; Rigotti e Cunha 2012). Neste período, a região Sudeste continuou com saldos positivos e o Nordeste com saldos negativos, porém, com volumes bem menos expressivos que nas décadas anteriores. No Nordeste, alguns estados chegaram a apresentar ganhos líquidos de população na segunda metade da década, como o Ceará e o Rio Grande do Norte, provavelmente relacionados à migração de retorno (Rigotti 2008).

Na primeira década deste século, as migrações internas brasileiras tornaram-se ainda mais complexas e dinâmicas, e os fluxos, conseqüentemente, tornaram-se menos evidentes. Segundo Baeninger (2011), houve um descolamento das relações entre as migrações e a industrialização (e desconcentração industrial), ocupação das fronteiras agrícolas, emprego e mobilidade social. Existem indícios de que as migrações internas assumiram um caráter mais reversível e oscilante. Segundo Rigotti e Cunha (2012), a virada do milênio foi marcada pela incapacidade das áreas de destino de absorver os migrantes por longos períodos, um maior retorno para as áreas de origem, uma maior rotatividade migratória, transformações nas regiões metropolitanas e emergência de novas áreas de retenção de migrantes.

Os fluxos interestaduais no Brasil continuaram diminuindo nos anos 2000, o que não significa que a população está se tornando mais estática, mas que novos padrões de deslocamentos populacionais no âmbito intra e

inter-regional estão emergindo. Segundo Baeninger (p. 85, 2011), o país vivencia uma intensa mobilidade da população atualmente, evidenciada principalmente através de dois vetores redistributivos: o primeiro seria a “dispersão migratória metropolitana”, marcado pelos expressivos volumes de migrantes de retorno do Sudeste para o Nordeste e, no âmbito intrarregional, pela conformação de importantes fluxos metrópole-interior. O segundo seria o da “interiorização migratória”, caracterizado pelo aumento dos fluxos de curtas distâncias e pela maior retenção das populações migrantes nos estados e regiões brasileiras. Segundo a mesma autora, as explicações das dinâmicas migratórias internas do Brasil têm se aproximado cada vez mais de aportes teóricos relativos às migrações internacionais. Esse é o caso das já mencionadas teorias das redes de migração e das teorias institucionalistas.

Diferentemente dos modelos de migração que visam explicar o estabelecimento dos fluxos migratórios, as teorias das redes de migração e as teorias institucionalistas tem como objetivo principal esclarecer como os movimentos populacionais se perpetuam no tempo e no espaço - afinal, como afirmam Massey *et al.* (p.448, 1993), as causas que levam ao início de um fluxo e as causas que levam à sua continuidade podem ser bastante distintas e independentes. A permanência dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e do Distrito Federal como áreas de atração de migrantes, mesmo que com volumes decrescentes, ilustra esse ponto.

Assim como as teorias das redes de migração, as teorias institucionalistas também surgiram como um aporte teórico voltado para as migrações internacionais, mas podem servir como ferramentas úteis para a compreensão da dinâmica migratória brasileira atual. Essas teorias baseiam-se na aplicação de novas teorias do desenvolvimento econômico e das análises institucionais no campo da migração. Essa abordagem considera a migração em si como uma instituição, pois à medida que aumenta o número de indivíduos e organizações envolvidas, a migração transformar-se-ia em um sistema quase autônomo, com regras e normas definidas. De acordo com Guilhoto e Sandron (2001), as instituições são sistemas que regulam as interações humanas através de normas e regras que tendem a se reproduzir através do tempo. Servem organizações, formais ou informais, que controlam o funcionamento da sociedade e, conseqüentemente, condicionam o comportamento e as possibilidades de escolha dos indivíduos. Essa abordagem provê novas ferramentas para a análise dos fenômenos migratórios em seus múltiplos níveis e formas, permitindo abarcar uma grande diversidade de situações locais e a construção de estudos com maior potencial preditivo que os das abordagens tradicionais neoclássicas e estruturalistas. Isso porque a forma e o desenvolvimento das redes e das demais instituições ligadas à migração refletiriam a natureza das trocas migratórias, o que permitiria a formulação de hipóteses sobre a evolução das dinâmicas migratórias e um melhor entendimento do caráter estável das redes de migração.

As teorias das redes de migração e o “neoinstitucionalismo” de Guilhoto e Sandron (2001) são consideradas abordagens transicionais e seriam uma alternativa às abordagens tradicionais funcionalistas e histórico-estruturalistas. Na defesa de abordagens mais pluralistas de migração, Skeldon (2012) argumenta a favor

do poder explicativo da ideia de “transição da mobilidade”. O autor relativiza o conceito originalmente cunhado por Zelinsky (1971), em função da dificuldade ou impossibilidade de se generalizar padrões de migração e mobilidade no mundo. Para este autor, os vários tipos de “transições da mobilidade” referem-se a mudanças de padrões de mobilidade dentro de determinados contextos e à difusão desses processos, que não se manifestam sob uma única forma e não seguem uma trajetória linear e universal.

Ao contrário da teoria da “transição demográfica”, de pretensão universalista e caráter determinístico, a teoria da “transição da mobilidade”, segundo a concepção de Skeldon (2012), diria respeito à transição e difusão de padrões de movimentos migratórios através do tempo e do espaço, e levaria em consideração a migração em um contexto mais amplo, onde processos econômicos, sociais e políticos, que também se difundem no tempo e espaço, seriam incorporados de forma mais precisa nas abordagens teóricas da migração e do desenvolvimento (Skeldon 2012). A incorporação desse conceito poderia levar a uma abordagem mais minuciosa e sutil dessa relação, com o objetivo de “ligar sequências de mudanças na migração com outras variáveis selecionadas através do espaço e do tempo em um sistema integrado de migração e desenvolvimento” (Skeldon p.164, 2012). Como foi visto ao longo desse artigo, as “transições da mobilidade” ocorridas no Brasil ao longo das últimas décadas estão altamente correlacionadas aos processos da transição demográfica, transição urbana e com a evolução do espaço econômico nacional. Embora esteja bem estabelecido que não há um caminho único para o desenvolvimento ou uma única forma de transição da mobilidade, a adoção de perspectivas transicionais permite superar um relativismo excessivo nas análises migratórias, traçar paralelos na trajetória de diferentes países e, potencialmente, criar um

ambiente fértil para gerar futuras teorias de migração (Skeldon 2012).

6. Considerações finais

Este artigo procurou sintetizar as principais tendências da (re)distribuição da população brasileira desde meados do século passado. Desde então, as migrações assumiram um papel de crescente importância, promovendo importantes transformações na dinâmica urbana e de ocupação do território brasileiro. Foi mostrado que, após um período de intenso êxodo rural e metropolização, o crescimento populacional difundiu-se a partir de muitas regiões metropolitanas, fortalecendo as cidades médias dentro da rede urbana nacional, ao mesmo tempo que a modernização agrícola transformou radicalmente as formas de ocupação e expansão das fronteiras.

A fragmentação dos fluxos migratórios e multiplicação de “espaços da migração” vem tornando o estudo dos padrões migratórios brasileiros cada vez mais desafiante. Para interpretar esses fenômenos, pesquisadores podem recorrer a diferentes marcos analíticos, dependendo dos seus objetivos de pesquisa. Embora não sejam necessariamente incompatíveis - pois operam em diferentes níveis como indivíduos, domicílios ou famílias, instituições e países - os diferentes modelos e teorias migratórias referidos nesse artigo geram uma vasta gama de conceitos, pressupostos, hipóteses e quadros de referência. Os estudiosos das migrações têm como desafio futuro construir estratégias que apreendam simultaneamente o papel das decisões individuais e das estruturas sociais, políticas e econômicas na conformação dos novos padrões migratórios nacionais, buscando abordagens mais holísticas e sistêmicas.

REFERÊNCIAS

Amorim Filho O; Serra RV. 2001. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida; Serra Rodrigo Valente. (orgs.). Cidades Médias Brasileiras. Rio de Janeiro.

Andrade TA; Serra RV. 1998. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. IPEA, Texto para discussão, n.554, Rio de Janeiro.

Azzoni C. 1986. Indústria e Reversão da Polarização no Brasil. Ensaio Econômico- IPE/USP, n.58, IPE/USP: São Paulo.

Baeninger R. 2011. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo / José Marcos Pinto da Cunha (Org.). Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp. Campinas.

Bernard A; Bell M; Charles-Edwards E. 2014. Life-Course Transitions and the Age Profile of Internal Migration. Population and Development Review. 40. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1728-4457.2014.00671.x>

Braga FG. 2011. Conexões territoriais e redes migratórias: uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil. 129 p. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional/ Faculdade de Ciências Econômicas/ Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/ FACE/ UFMG). Belo Horizonte.

Braga FG; Fazito D. 2010. Análise de redes sociais e as conexões territoriais da migração no Brasil: padrões estruturais da migração interna entre 1980 e 2000. Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP. Caxambú.

Brito F. 2009. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Texto para discussão 366. UFMG/Cedeplar. Belo Horizonte.

Brito F. 2006. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. Estudos Avançados, v. 57, p. 221-236. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000200017>

Caldwell JC. 1976. Toward a restatement of demographic transition theory. Population and Development Review. Vol. 2 (3/4): 321-366. Doi: <http://dx.doi.org/10.2307/1971615>

- Camarano AA; Beltrão KI. 2000. Distribuição espacial da população brasileira: Mudanças na segunda metade deste século. Texto para discussão No 766. IPEA.
- Camarano AA; Abramovay R. 1998. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* 15(2). Brasília.
- Cano W. 2011. Novas determinações sobre as questões regionais e urbanas após 1980. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, ANPUR, v.13, n.2, p. 27-53. Doi: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p27>.
- Davis K. in M. Teitelbaum and J. Winter (Ed.). 1989. *Population and resources in western intellectual traditions*. Cambridge University. Cambridge, UK.
- De Haas H. 2010. Migration and Development: a theoretical perspective. In *International Migration Review*, 44(1):227-264. <https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2009.00804.x>
- Diniz CC. 1993. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Revista Nova Economia*, v.3, n.1, p.35-64.
- Guilmoto CZ; Sandron, F. 2001. "The internal dynamics of migration networks in developing countries", in *Population: an English Selection*, 13(2): 135-164.
- IPEA/IBGE/UNICAMP. 2002. Série "Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil". Brasília.
- Lee ES. 1966. "A theory on migration". *Demography*, 3 (1): 47-57. Population Studies Center, Series in Studies of Human Resources, 1.
- Lewis WA. 1954. Economic development with unlimited supplies of labor. *The Manchester School of Economic and Social Studies* 22. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9957.1954.tb00021.x>
- Martine G. 1994. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. IPEA, Texto para discussão, n.329. Brasília.
- Martine G; Diniz CC. 1998. Economic and demographic concentration in Brazil: recent inversion of historical patterns. In: *Urbanization in large developing countries: China, Indonesia, Brazil and India*. Oxford University Press. Oxford, UK.
- Martine G; Camargo L. 1984. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v.1, n.1/2, p.99-143. Jan./dez. Campinas.
- Massey D; et al. 1993. "Theories of International Migration: a Review and Appraisal". *Population and Development Review* 19(3): 431-466.
- Matos R; Baeninger R. 2004. Migração e urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente. *Cadernos do Leste, IGC/UFMG*, v. 6, n. 6, p. 7-44. Belo Horizonte.
- Negri B. 1996. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Editora da UNICAMP. Campinas.
- Notestein FW. 1945. *Population - The Long View*. In: *Food for the World*. Ed. By Schultz, T. W. University of Chicago Press. Chicago, US.
- Pacheco CA. 1996. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. *Economia e Sociedade*, (6): 113-40, jun. Campinas.
- Piore MJ. 1979. *Birds of Passage: Migrant Labor in Industrial Societies*. Cambridge University Press. Cambridge, UK.
- Portes A. 2009. "Migration and development: reconciling opposite views." *Ethnic and Racial Studies* 32(1): 5-22. <https://doi.org/10.1080/01419870802483668>
- Ranis G; Fei JCH. 1961. A Theory of Economic Development. *American Economic Review* 54.
- Ravenstein EG. 1885. The laws of migration. *Journal of the statistical society*, 47 (PT. 1): 167-227. <https://doi.org/10.2307/2979181>
- Rigotti JIR; Cunha JMP. 2012. A migração interna nos últimos 50 anos: (des)continuidades, rupturas e recrudescimentos. XI Reunión Nacional de Investigación Demográfica em México. Sociedad Mexicana de Demografía (SOMEDE). Águas Calientes, Mexico.
- Rigotti JIR. 2011. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo / José Marcos Pinto da Cunha (Org.)*. Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp. Campinas.
- Rigotti JIR. 2008. A (re)distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização. In: 32o. Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu.
- Rigotti, JIR. 2006. Geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. *Estudos Avançados (USP. Impresso)*, (20)1, p. 237-254.
- Simões CCS. 2016. Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro.
- Singer P. 1973. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: *Migrações Internas e Desenvolvimento Regional*, Vol.1. CEDEPLAR. Belo Horizonte.
- Sjaastad LA. 1962. The costs and returns of human migration.. *The Journal of Political Economy* (7)1: 80-93.
- Skeldon R. 2012. "Migration Transitions Revisited: Their Continued Relevance for The Development of Migration Theory". *Population, Space and Place* 18(2): 154-166.

Sposito MEB. 2007. Cidades médias: espaços em transição (Introdução) / Maria Encarnação Beltrão Sposito (org.). 1.ed. Expressão Popular. São Paulo.

Stark O; Taylor JE. 1989. Relative Deprivation and international migration. *Demography* (26)1.

Stark O; Bloom DE. 1985. "The new economics of labor migration". *The American Economic Review*, 75(2): 173-178.

Taylor JE. 1986. Differential migration, networks, information and risk. In Oded Stark (ed.), *Research in human capital and development*, Vol. 4, Migration, Human Capital and Development. JAI Press. Greenwich, Connecticut.

Todaro MP. 1969. A model for labor migration and urban unemployment in less developed countries. *The American Economic Review* 59:138-48.

Wood CH. 1982. Equilibrium and Historical-Structural Perspectives on Migration. *International Migration Review* 16 (2, Special Issue: Theory and Methods in Migration and Ethnic Research).

<https://doi.org/10.1177/019791838201600202>

Wood CH. 1981. Structural Change and Household Strategies: A Conceptual Framework for the study of Rural Migration. *Human Organization*

<https://doi.org/10.17730/humo.40.4.m2627r44tv463850>

Zelinsky W. 1971. The hypothesis of the mobility transition. *The Geographical Review* LX1, 219-249

<https://doi.org/10.1177/030913259301700205>

Migration and urbanization in Brazil from the 1950s: a brief history and reflection in the light of migration theories

Rodrigo Coelho de Carvalho*

* Geographer (UFMG). Master in Demography (UFMG). Doctorate in Demography (UFMG). Researcher.

Abstract: The understanding of the spatial (re)distribution mechanisms of the Brazilian population is a great challenge for geographers, economists, demographers and scholars from several other areas of knowledge today, given its magnitude and complexity. This paper aims to provide a brief history of migrations and urbanization in Brazil from the 1950s onwards, based on a bibliographical review. The processes of redistribution of the population in the territory and the reconfiguration of the national urban system were evaluated in the light of the main migration theories, used as a tool for interpretation and analysis. The basic foundations of these theories, their convergences, divergences and applicability to the Brazilian case are discussed throughout the text. The debate on the relationship between migrations and development and the effects of the demographic transition on internal migrations were discussed, among other issues.

Keywords: Internal migration, urbanization, migration theories.

Informações sobre o autor

Rodrigo Coelho de Carvalho

E-mail: rccgeo@gmail.com

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9532230376495811>

Artigo Recebido em: 22-03-2019

Artigo Aprovado em: 17-06-2019